

Índice

7	1. APRESENTAÇÃO
9	2. INTRÓITO
15	3. A NOSSA FORMA DE FALAR: LÍNGUA, PATRIMÓNIO E IDENTIDADE
17	4. ESCREVER A FALA
21	5. ALGUMAS NOTAS LINGUÍSTICAS PARA O USO DO LIVRO
25	6. BRAGA E O SEU ESPAÇO LINGUÍSTICO
28	1. Mitos e identidades na fala bracarense
28	2. As palavras da região
34	3. O “dom” dos palavrões
47	4. O falar, a região e o património cultural
51	7. ENTREVISTAS
51	1. O “ordinário”
78	2. A “cascavelha”, cozinheira do ministro Salgado Zenha
100	3. A crente nos barulhos que fazem as almas do outro mundo
107	4. A analfabeta da “escola do picinhas” que conheceu o marido no cemitério
131	5. O que cresceu levando “porrada velha” na escola e em casa
157	6. Aos onze anos, os primeiros sapatos (e já usados e rotos)
163	7. 12 irmãos que eram “como uma ninhada de pitinhos”
178	8. Quando ninguém nascia no hospital
184	9. A que casou às 6 horas da manhã, no dia em que o pai morreu
206	10. Um de treze irmãos
213	8. FORMAS LINGUÍSTICAS CARACTERÍSTICAS DO FALAR BRACARENSE QUE AS ENTREVISTAS TESTEMUNHAM
217	1. Alguns destaques
217	1.1. à beira
228	1.2. alagar
228	1.3. aqui a atrasado
229	1.4. botar
234	1.5. estrugido
233	1.6. -inho/a
234	1.7. pega! [péga!]
235	1.8. quando tal (cantal)
235	1.9. vós
239	9. “QUANDO MORRE UM VELHO, É UMA BIBLIOTECA QUE SE ENTERRA”

1. APRESENTAÇÃO

O Falar que nos une

Quando falamos de património intangível um dos elementos que mais se destacam são as expressões orais, entre as quais se destacam as línguas e dialetos que os povos originaram. Curiosamente a língua é também uma das expressões da comunidade humana mais dinâmicas, ou seja, mais sujeitas a uma evolução e atualização.

Nenhuma convenção pode condicionar o dinamismo de uma língua, pois o seu uso está vinculado às mais elementares formas de vida do ser humano. É a língua que nos permite comunicar uns com os outros e fazemos uso dela a todo o momento. Aliás, se fizermos uma análise à forma como se falava na nossa infância e compararmos com algumas das expressões mais populares entre os jovens de hoje, iremos perceber algumas diferenças.

Num passado, ainda não muito remoto, o isolamento entre os povos era muito mais evidente. Os escassos meios de comunicação faziam com que a troca de mercadorias, ideias e palavras fosse muito mais lenta. Por isso mesmo, se estabeleceram significativas diferenças culturais. As formas de falar, desde a questão fonética até ao léxico utilizado, revelavam diferenças assinaláveis.

Braga, como centro histórico, político e religioso do Entre-Douro-e-Mínho foi acumulando um conjunto de especificidades linguísticas que fazem com que facilmente se reconheçam os seus intérpretes.

O processo de globalização em que estamos inseridos provoca uma tendência para a uniformização das expressões linguísticas que, plausivelmente, fará desaparecer muitos dos patrimónios linguísticos acumulados ao longo de séculos. Por isso mesmo, saudamos o estudo aqui desenvolvido sobre uma forma de falar que encerra peculiaridades inequívocas.

A José Teixeira, autor desta publicação, dirijo uma palavra de particular reconhecimento e apreço pela investigação promovida em prol do estudo e divulgação do património cultural imaterial bracarense.

Em nome da Câmara Municipal de Braga reitero o nosso interesse na valorização da investigação científica, principalmente aquela que explora os alicerces inexoráveis da nossa identidade comum, cujo reforço é tão relevante nos tempos que atravessamos.

A Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Braga
Lídia Brás Dias

2. INTRÓITO

Pela paisagem dos falares

Miguel Sopas de Melo Bandeira

Centro de Estudos Lusíadas – MNS/UMinho

“A linguagem é o terceiro uso que a Natureza põe à disposição do homem (...) As palavras são signos das realidades naturais”¹

O modo de falar de uma comunidade, seja até o de um povoamento mais alargado, poder-se-á dizer, é o elemento primordial dos seus afetos solidários. Razão elementar de um sentido partilhado do “nós”. Mimetização das suas memórias comuns, raiz interpretativa de todas as construções identitárias, e que determina a comunicação oral como um princípio básico e inteligível do património cultural. Pela mesma ordem de ideias, para compreender um *ethos* comunitário, ou de um povo, há que o relacionar com o território que ocupa, os itinerários que trilha, no tempo e no espaço onde esse(s) mesmo(s) falar(es) se inscrevem. Em suma, o entendimento de que o falar local possa ser um fator de proximidade, compreensão mútua e de coesão social.

A projeção territorial de um modo de falar, de uma variedade regional ou, ainda que, de uma língua se possa tratar, constitui uma indagação proverbial dos estudos culturais e sociais... Etnografia antiga dos povos e culturas, cujas primícias latinas mais explícitas se poderão atribuir ao humanismo de Dante Alighieri (1265-1321), em *De Vulgari Eloquentia* (1303-4), quando identificou o rol dos dialetos italianos² do princípio do séc. XIV. Em Portugal a investigação sistemática do relacionamento da expressão oral com o território despontou no início do século XX com J. Leite de Vasconcelos (1858-1941), introdutor da dialetologia entre nós, e que teve a sua continuidade, revista e sistematizada, nos trabalhos de M. Paiva Boléo (1904-1992)

1. Emerson, R. W. *O Espírito da Natureza*, Cap. IV. *A Linguagem*. [1836], Operaomnia, jan. 2020

2. <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/13/15.htm>, acedido em fevereiro 2021, a propósito de uma referência utilizada por Vivai, C., atribuída a (*D'Ovidio, 1876: 67; Schiaffini, 1959: 121*)

e L. Lindley Cintra (1925-1991), bem ainda como outros nomes menos divulgados, sobretudo, relacionados com o período dos dois últimos autores, linguistas das academias de Coimbra e Lisboa. Diga-se, pela evolução de uma temática de pesquisa que, felizmente, se mantém viva entre nós, e que o projeto e obra que agora dá à estampa, pelo escopo de José Teixeira, é disso testemunho.

Na verdade, a evolução sistemática do estudo da relação da língua com o território evoca-nos um outro autor, Orlando Ribeiro (1911-1997), o qual, reconhecendo a linguagem como um dos *principais veículos de civilização*, entendia que *a estrutura do território se exprime na paisagem* (1965/8). Quer isto dizer, a síntese ideal para compreender as *correlações ecológicas* da língua. Situando a paisagem entre as condições ambientais e o esforço humano transformador.

Perescutar a origem e a unicidade do(s) *falar(es) bracarense(s)* implicará, sempre, discorrer pelo étimo de um povo, de um território e de uma cidade, que podem bem ser reunidos na expressão de uma possível paisagem bracarense. Paisagem esta, por sua vez, inserta no noroeste peninsular, cuja grandeza intermédia a dimensiona à escala regional. Ou seja, desde a centralidade local da bimilenária cidade de *Bracara Augusta* à vasta extensão da *finisterrae* romana. Uma paisagem toda ela modelada pelas *forças planetárias*, por se encontrar sensivelmente a meio caminho entre o equador e o polo, e exposta às dominâncias húmidas atlânticas. Na parte meridional temos o *Minho*, onde se contacta com toda uma orografia *teclada* por amplos vales abundantes em água, sobretudo, graníticos e muito fraturados, com interflúvios de rios paralelos entre si e perpendiculares ao litoral. Vales marginados por várzeas férteis, por onde a influência do mar, sem obstáculos, penetra no interior e se faz sentir até às faldas do alinhamento montanhoso (NE/SW), que nos separa do interior planáltico transmontano. De outro modo, dir-se-á, o território matricial desse *Entre Douro e Minho* que gerou a portugalidade e o português, nascido dessa outra precedência comum que identificamos por *Callaecia* setentrional, as terras das rias baixas e dos contactos privilegiados à meseta central leonesa-castelhana.

Daí a inevitabilidade de revisitarmos Orlando Ribeiro (O.R.), um outro protagonista do escol de pioneiros, evocando alguns dos seus ensaios reflexivos mais pertinentes que dedicou às obras fundacionais e aos autores citados, que conheceu pessoalmente e com quem interagiu³.

3. Ribeiro, Orlando: “Divisões Tradicionais de Portugal segundo Leite de Vasconcelos” (1942[44]) pp181-193; “Acerca do Condicionamento Geográfico das Áreas Lexicais no Território Português” (1965/68) pp195-230; “Uma Região Portuguesa do Norte e do Litoral: o Minho” (finais dos anos de 1970) pp259-302. *in* – *Opúsculos Geográficos* – Vol. VI; *Estudos Regionais*; Fundação Calouste Gulbenkian (Ser. Edu); Lisboa, 1995

Começando pelas *divisões antigas*, de que nos fala J. Leite de Vasconcelos, os *Condados dos séculos IX e XI*, para o nosso caso o território de entre os rios Douro e Minho, até aos alvares da nacionalidade, corresponderá aquela que será uma das mais *antigas divisões tradicionais de Portugal*. Estas integrarão as *grandes unidades históricas* ibéricas, que em Portugal se afirmarão pelas *Comarcas dos séculos XIV ao XV*, mais tarde designadas por *províncias*. Algumas subdivididas em unidades menores *complementares ao nome de povoações*. *Províncias* estas, note-se que, desde então, passarão a ser reconhecidas mais pelas características culturais e etnográficas do que pela eficiência da administração. Para estudar as *províncias* o mestre filólogo e etnólogo encetou uma prolixa rede de correspondentes espalhados por todo o país, através dos quais recolhia muitas das informações que vieram sustentar a sistematicidade pioneira do seu trabalho. Leite de Vasconcelos abordará cada *província* articulando o quadro físico com a realidade social medieva, salientando as particularidades da linguagem vertidas no confronto dos nomes antigos e modernos, os seus usos tradicionais, inventariando *cantigas, ditados, citações de livros velhos, conceitos do povo, anotações filológicas*. Num certo sentido, fundamentando uma espécie de *geografia tradicional do território português*, que irá perseverantemente determinar a autoimagem do Portugal do século XX. Dentro deste modelo, o *Entre Douro e Minho*, a partir do século XVII comumente identificado somente por *Minho*, afirma-se esquadrihado pela disseminação das suas águas correntes, promotoras de um amplo e fértil solo cultivado, cujo matiz polícromo verde vegetal, em particular de milho e vinha, se apresenta fragmentado e disperso. Aqui domina uma poderosa igreja milenar que reparte o poder político com a velha fidalguia, onde assenta um efetivo demográfico denso e imerso numa religiosidade profundamente enraizada.

Do mestre para o colega, O.R. prosseguirá o seu ensaio comentando o estudo de L. Lindley Cintra sobre as áreas lexicais no território português (1958). Aqui, a definição dos limites territoriais da língua levanta novos problemas, que os estudos de Paiva Boléo, como veremos adiante, ao cartografar isoglossas irá mais ainda singularizar. Desde logo, O.R. aponta a sobreposição genérica das distintas distribuições espaciais sobre o mapa das antigas divisões portuguesas. Pode-se dizer, constata a coincidência das diferentes delimitações setoriais com as *três áreas maiores do território português* (norte, centro e sul). Circunscrito às fronteiras lexicais, Lindley Cintra elucida-nos sobre os principais contrastes da *estrutura linguística do território português*. Neste âmbito, o noroeste minhoto, convencionado com o *número 5*, é identificado como a *área de recobrimento das formas mais arcaicas*. Através dos mapas, distinguiríamos aquele que valoriza a concentração dos mosteiros no norte do país, anteriores à expansão plena da nacionalidade. Estes estendem-se ao

longo do litoral entre o Minho e o Mondego, esbatendo-se sob o eixo do Douro para leste até Lamego, com dois focos de concentração: 1º, no médio curso permeado entre os rios Lima e Tâmega; e o 2º, com um foco na envolvente da cidade do Porto. Trata-se inequivocamente de centros difusores de cultura e civilização com grande impacto na fixação linguística, denominada de “portugalense”, de traços mais conservadores no seu uso e na permanência de expressões arcaicas. Estamos dentro de terras baixas, favoráveis aos contactos de uma população prolixa e estável. A região compreendida entre Douro e Minho reconhece-se bem nas delimitações antecedentes, as da *Callecia* suévico-visigótica remissíveis ao final do século VI. Pelo que O.R., estribando-se no historiador Pierre David, afirma ser esta a melhor organizada de todo o noroeste peninsular. Sob este ambiente, *Bracara Augusta* prorrogará a tradição administrativa da metrópole cristã herdeira da tutela do *conventus* romano. Sede de um território com uma elevada densidade eclesiástica, onde o impacte organizacional eleva o latim ao patamar da língua das relações de poder e difusão das determinações eclesiásticas veiculadas pelos concílios. Disso toma exemplo o segundo concílio bracarense que *manda os prelados visitarem as igrejas das suas dioceses e admoestarem a plebe a fugir à idolatria*. Poderá querer isto dizer, a evangelização convertida em instrumento de fixação linguística. Porém, subsistirão resiliências remotas procedentes dos dialetos *bárbaros* e outros elementos residuais, entre eles algumas expressões autóctones. Como nota O.R., mesmo durante a fugaz presença muçulmana em Braga, a cidade não perdeu o seu prestígio simbólico e tutelar, dominando *terras sem senhor, mas de modo nenhum sem gente*, constituindo o cerne do futuro reino português.

Quando os estudos linguísticos e dialetológicos, procedentes da etnologia filológica, ganhavam corpo na Europa do início do século XX, sobretudo, a partir de França e da Alemanha, um dos principais produtos dessas indagações resultava na edição de *atlas* ilustrados. Daí que, na esteira de Leite de Vasconcelos, M. Paiva Boléo, que estudou na Alemanha, veio anunciar a necessidade de organizar em Portugal um *atlas linguístico*. Uma compilação cartografada das expressões da língua e do falar. Com esse intuito Paiva Boléo montou em 1942 um plano de inquirição sistemático (c. 500 questões), dirigido por correspondência aos párocos e professores de todo o País, versando questões ligadas à fonética, morfologia, sintaxe, com particular atenção à *lexicologia*, *onomástica*, *toponímia* e, também, à *dialetologia*, alertando para o imperativo inadiável da recolha, assumida na perspectiva patrimonial, já então plenamente consciente da preservação dos *ossos falares*, *ameaçados de desaparecer*.

Embora a expressão cartográfica do inquerito só viesse a ser publicada na década seguinte, as condicionantes semiológicas da visão do território trouxeram

novas asserções e problemas decorrentes da aplicação das suas regras específicas. Sem nos determos na particularidade da cartografia temática, que também tem a sua gramática e as suas regras, José Teixeira evoca-nos o paradigmático mapa, *Dialectos e Falares de Portugal Continental* (1958), elaborado por M^a H. Santos Silva, sob orientação de Paiva Boléo. Um ensaio de isolinhas ousado, todavia, e então de prática corrente, que promove o esforço heurístico de delimitação de isoglossas, diga-se, da conjugação dos principais traços fonéticos (isófonas) e lexicais (isolexas) no território continental português. Avançando sobre a questão dos limites territoriais, que o traçar de uma linha sempre determina, por simultaneamente incluir e excluir, salientáramos a importância do ato de *riscar*, sem dúvida um reconhecimento inequívoco da existência do fenómeno no território. A constatação de uma densidade *varietal* da língua, cujos limites, sempre instáveis e abertos, se confrontam com o esbatimento e a interpenetração de todo tipo de eventos assinaláveis. Note-se, debaixo de um filtro sincrónico que se liberta da verticalidade do tempo, permitindo fazer sobressair aquilo que buscamos, e assim melhor o entender no contexto, porém, com o custo de se ter que prescindir de uma miríade de outras evidências detetáveis a diferentes escalas de representação.

Para o caso do mapa em consideração, este identifica Braga com a relevância de um núcleo difusor, um centro administrativo, cultural e escolar, que gera polaridade desde tempos ancestrais, e que se distingue no modo de *falar minhoto* como uma *variedade* única, que só tem paralelo com a fronteira de *riba Minho* e o *grande Porto*. Braga ocupa o centro da sub-região homogénea definida pelo falar à *moda do Minho central*. Aí, não deixa de ser curioso observar, assume-se a segmentação oblonga, meridiana, da mancha delimitada sobre a sua envolvente imediata. Ou seja, o território que, não escamoteando a magnitude da urbe, unifica Vila Verde à cidade Augusta, tendo por centro topográfico o ponto de confluência do Homem com o Cávado. Arrepiando a discussão dos critérios delimitadores que, por exemplo, deixam Amares de fora e excluem outras freguesias do município de Braga, parece evidente este exercício querer refletir a prevalência ativa do mundo rural. Inequivocamente, e ainda, o confronto com o Portugal pré-industrial de meados do século XX, onde a circulação automóvel não tinha impacto e o peso uniformizador da televisão não passava somente de uma promessa. Veja-se, a dificuldade das comunicações de médio e longo curso, tão característica de uma ruralidade individualista e dispersa, assente numa agricultura de subsistência, necessariamente, tradicional.

O trabalho de José Teixeira brinda-nos com este grande desafio de preservação do património linguístico citadino, propondo-se superar a horizontalidade do território passado para a verticalidade da civilização urbana, ela própria, por natureza, indutora de cosmopolitismo, mais aberta às inovações e sujeita à miscigenação

dos falares e da própria língua. Mais a mais hoje no quadro das sociedades urbanas tendencialmente globalizadas. É verdade que O.R. já apontava esta lacuna, pelo facto das pesquisas se acomodarem ao conservadorismo vernacular e ignorarem os espaços urbanos. Para contrariar essa tendência recomendava então o estudo de áreas homogêneas no interior das cidades, tais como: bairros populares, de forte carga identitária; os lugares recreativos e de convívio, o artesanato e o comércio tradicional. Em síntese, a exploração empírica das relações próximas de vizinhança. Todavia, o grande problema é que a cidade de que nos fala O.R. hoje já não existe, senão na memória dos mais velhos ou nalgum reduto esconso mais perseverante. Como diria o mestre, a civilização mecânica já rasoirou a rural, tal como então a conhecíamos, e a digital que está aí, acrescentaríamos nós, ameaça fazer o *delete* definitivo de todas as resiliências. As cidades de agora sobrepõem espaços multifuncionais, diluindo até à indistinção as diferenças entre os locais de habitar, trabalhar e lazer. Elas geram continuamente a alteração radical dos estilos de vida e das suas estruturas sociais e familiares. Entretanto, o espaço público reconfigura-se e o privado está a ser crescentemente devassado.

Fará então ainda sentido o *entrelaçamento profundo de condições naturais e de tradições de civilização*, como resume O.R., admitirmos, *se é a história que revela as “vocações” dos lugares, é a terra que, através do tempo, faz sentir a sua persistente influência?!*

A intensa dinâmica dos territórios certamente reconfigurará o fundamento das razões dialetológicas, ressalve-se, que não o cerne do seu étimo, que está na conversação entre as pessoas. O falar continua vivo suscitando novos caminhos e expressões, como aqueles que nos anuncia a sociolinguística, a neurolinguística, e até mesmo a linguagem computacional. Rumos que, contudo, relevam mais ainda a importância fundamental de estudos como os de José Teixeira, que permitem enriquecer mais o nosso património comum, o valor incalculável dos nossos afetos e modo de ser, ao indagar as persistências telúricas que sustentam o(s) modo(s) de falar(es) à Braga. Quicá o reduto dos modos mais arcaicos do falar em português?!

Miguel Sopas de Melo Bandeira
Centro de Estudos Lusíadas – MNS/UMinho

3. A NOSSA FORMA DE FALAR: LÍNGUA, PATRIMÓNIO E IDENTIDADE⁴

Num mundo cada vez mais global e tendente à unificação cultural, parecerá quixotesco o desejo de agarrar formas de falar presas a épocas e vivências muito diferentes, como as entrevistas que se publicam neste livro espelham. No entanto, todos temos a percepção de que as nossas formas de falar são, ainda hoje, repositórios das vivências e dos falares das gerações que nos antecederam e aceitarmos perder e esquecer tudo o que permitiu construir a nossa identidade tem algumas desvantagens.

A primeira é de admitirmos a substituição total das palavras da nossa região por outras que se mostram equivalentes, provindas de outros espaços geográficos, tendo de reconhecer que, a esse nível, a nossa região é perdedora. Há quem não se importe, mas também há quem não o queira. A maior parte dos falantes, no entanto, nem tem consciência disso. Basta ver a tendência de substituição dos termos da nossa região minhota/nortenha pelos do sul. A palavra *guarda-sol* (anterior geração) já foi substituída por *guarda-chuva* e esta palavra já está a ser substituída por *chapéu-de-chuva* e por (simplesmente) *chapéu* (significando *guarda-chuva*). E muitos outros casos: *sapatilhas* são *ténis*, *picheleiros* são *canalizadores*, *bolinhos de bacalhau* são *pastéis de bacalhau*, à beira de é *ao pé de*.

Mas nestes casos é “só” (e não é pouco) uma questão de preservação do termo formal, da forma da palavra, já que o conceito é idêntico entre o termo da nossa região e o que o vem substituir. Mas há casos em que não é apenas isto que acontece, em que abandonar a nossa palavra é esquecer toda uma dimensão cultural. E aproveito agora o caso de *cascavelho* tratado neste livro. É um regionalismo, uma palavra que as novas gerações não conhecem, mas que ainda muita gente utiliza

4. As bases deste texto foram publicadas em artigo do jornal Diário do Minho em 26/12/2016.

para se referir às castanhas que não chegam a crescer, ficando apenas como cascas raquíticas entaladas nos ouriços. O termo é testemunha de uma época em que as pessoas sabiam como era o processo de apanha das castanhas, onde tinham que distinguir o que era útil (castanhas) do inútil (cascavelho). Por isso, o termo era muitíssimo usado e inclusivamente de forma metafórica, aplicando-se a crianças ou pessoas frágeis, sem grande consistência. A palavra testemunhava toda uma forma de vida rural e a importância da castanha nos hábitos vivenciais. Pois esta palavra não aparece registada em nenhum dicionário de língua portuguesa. Em nenhum. Pelos dicionários, não ficará na história da língua. É como se nunca tivesse existido, ela e o seu uso, valor cultural e vivencial que teve em muitas e muitas gerações.

Perdermos as palavras que são nossas, da nossa região, é perder um pouco dos testemunhos da nossa forma de viver. As palavras não são só sons arbitrários ligados a significados. Elas representam conceitos, representam a forma como vivemos e como pensamos as nossas inter-relações com as coisas e com os outros. Por isso, é que se diz que a língua é património. E isso significa que se eu desprezar completamente a língua da minha região, desprezo completamente parte do património em que cresci e vivi.

A pressão para falarmos todos da mesma forma e substituímos as palavras da nossa região por equivalentes de outra, considerada “das pessoas cultas”, é enorme, sobretudo num país supercentralizado como Portugal. No entanto, a consciência de que a minha forma de usar a língua, ainda que com características regionais, também é meu património e que, dentro de certos limites, não tenho que ter receio de a usar, também é uma forma de ecologia linguística (e portanto de cidadania no sentido mais nobre do termo), porque permite contribuir para preservar numa língua as suas dimensões múltiplas e abrangentes.

4. ESCREVER A FALA

Quem faz um livro, quer sempre fazer um livro diferente.

Mas este é, mesmo, um livro diferente.

Primeiro, porque, por absurdo que pareça, não é bem um livro “escrito”. A maior parte do texto é constituído por entrevistas que aqui aparecem escritas, mas não são “escrita”, são oralidade, até onde é possível que a escrita imite a oralidade. Garanto que o leitor (exceto se for técnico familiarizado com o processamento da linguagem oral) nunca leu “textos” assim. “Textos-orais” que permitem adivinhar a nossa espantosa e milagrosa capacidade de comunicação. Na verdade, permitem verificar que, na língua real, falamos quase sempre com hesitações, repetições, inserções de elementos incompreensíveis, frequentemente (constantemente) sem usar frases completas, a maior parte das vezes sem usar construções que obedeçam rigorosamente às regras gramaticais, sem explicitar toda a informação, mas com muitos subentendidos e muitíssimos implícitos que confiamos que os outros entendam.

Para além de conseguir retratar melhor do que a escrita tradicional a forma como realmente falamos, outra finalidade importante deste livro, como o título indica, é a de poder registar formas particulares registadas nos falares de Braga. Quem estiver interessado na dimensão linguística, poderá ver nestas finalidades a razão justificativa da obra. Mas, a meu ver, não são tanto as características que particularizam fonética ou lexicalmente a forma de falar de Braga que justificam a publicação dos textos que a constituem. Sendo eles resultantes de um conjunto de 90 entrevistas feitas a falantes da zona urbana de Braga, é o próprio conteúdo sociológico que revelam e que não era objetivo estruturante do projeto de base, que se pode autonomizar como pleno de interesse para sociologicamente poder explicar como, no tempo de

uma geração, se dá a transformação de um espaço quase medievalmente rural num espaço urbano e cosmopolita.

As entrevistas foram realizadas ao abrigo de um projeto de investigação apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e que teve como objetivo a recolha de material para a constituição de um corpus que permitisse estudos de âmbito linguístico sobre a forma de falar atual no espaço sociológico urbano da cidade de Braga. Das entrevistas feitas⁴ selecionaram-se 10 (algumas completas, outras apenas partes) que melhor ajudam a compreender a transformação social do espaço rural (espaço físico e humano) em espaço urbano do que hoje é a zona mais urbana de Braga, englobando as freguesias que, no mapa camarário, se apresentam como fazendo parte da referida zona urbana.

São entrevistas a pessoas cuja idade, ao tempo em que foram feitas (entre 2012 e 2013), ia de pouco mais de quarenta anos a outras que tinham mais de oitenta. Não serão o repositório completo do falar bracarense, mas constituem uma boa base e uma boa fonte a vários níveis: a nível da pronúncia (pouco visível nestes textos, mas, mesmo assim, com algumas marcas), mas sobretudo a nível de léxico e construções lexicais. Ora é no léxico, nos chamados regionalismos, que melhor se registam as particularidades das coisas do quotidiano e das vivências que refletem as idiossincrasias de uma comunidade e respetivas transformações sociais.

Por isso, nestas entrevistas se revelam as principais perceções e modos de viver que se modificaram radicalmente, no espaço de uma geração, entre os anos 50 e o fim dos anos 70 do século XX. Através delas podemos entrever como a construção

4. As entrevistas aqui apresentadas foram realizadas ao abrigo do projeto Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense (PSFB), projeto de investigação apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência FCT PTDC/CLE-LIN/112939/2009) tendo-se desenvolvido de 2011 a 2014. Visou a obtenção controlada de dados da fala sobre a realidade linguística da zona urbana e semi-urbana de Braga através da recolha de um corpus oral de 90 entrevistas transcritas utilizando o pacote de ferramentas EXMARaLDA. A equipa que trabalhou no projeto era constituída pelos seguintes elementos: Pilar Barbosa (Coordenadora de 2011 a 2014, Professora da Univ. do Minho), Isabel Ermida (Coordenadora de 2009 a 2011 e proponente do projeto submetido à FCT, Professora da Univ. Minho), Anabela Rato (Investigadora da Univ. do Minho), Cristina Maria Moreira Flores (Professora da Univ. do Minho), Henrique Barroso (Professor da Univ. do Minho), Isabel Joana Aguiar dos Santos (Doutoranda da Univ. do Minho), José Teixeira (Professor da Univ. do Minho), Maria Aldina Bessa Marques (Professora da Univ. do Minho), Maria Emília Pereira (Professora da Univ. do Minho), Maria Celeste Rodrigues (Professora da Univ. de Lisboa), Maria da Conceição Paiva (Professora da Univ. Federal do Rio de Janeiro), Catarina Selas (Bolseira), Isabel Costa (Bolseira), Joana Veloso (Bolseira), Micaela Aguiar (Bolseira). As entrevistas podem ser consultadas, ouvidas e baixadas no endereço <https://sites.google.com/site/projectofalabracarense/home>. Cada entrevista é referenciada através de um código (por exemplo 78M3D) constituído por um número (número da entrevista), uma letra (M para Mulher ou H para Homem), um número de 1 a 4, representando a faixa etária (1= até 25 anos; 2=26 a 59 anos; 3=60 a 75 anos; 4= + de 75 anos) e uma letra representando a escolaridade (A= sem diploma, 0 a 3 anos de escolaridade; B= 4 a 9 anos de escolaridade; C= 10 a 12 anos de escolaridade; D= Licenciados).

humana do espaço urbano de Braga se dá a partir do espaço rural, levando as gerações dos anos 40 a meados da década de 60, essencialmente rurais, a vivências radicalmente diferentes a partir dos anos 70.

A área de Braga, o Minho (e com certeza Portugal) devem ter mudado mais nos 30 anos que vão da década de 50 à de 80 no século XX do que em vários séculos anteriores. As entrevistas selecionadas permitem constatar como um casal podia ter 13 ou mais filhos, coabitando estes com os pais (e, às vezes, também com os avós); a subsistência era assegurada quase como uma guerra diária para a obtenção do pão, que, por vezes, era mesmo isso, apenas pão e quase nada mais; o trabalho era no campo, fazendo a mesma coisa que os antepassados tinham feito. Passadas duas ou três décadas, a situação é radicalmente diferente, de tal modo que os netos (e mesmo filhos) dessa geração não imaginam a forma como se vivia ainda há não muitos anos.

Ora esses falares e vivências de um passado não muito distante não deixarão registos que permitam compreender todas as transformações ocorridas, se não se aproveitarem os testemunhos dessa geração. E é por isso que estas entrevistas podem ser janelas que permitem contactar com modos de falar presentes na região (a “Fala Bracarense”, conceito discutível e discutido também aqui) e, ao mesmo tempo, abrindo-se para o passado, possibilitarem-nos a visão de formas de vida ligadas à ruralidade e tão diferentes das atuais, marcadamente urbanas e cosmopolitas.

É apenas isso que este livro procura não deixar desaparecer, e, através dos relatos de dez pessoas entrevistadas, podermos testemunhar como os falares e os viveres bracarense da atualidade foram construindo aquilo que hoje a região é, sobretudo nas vertentes que englobam as formas de falar e as formas de viver, ou seja, essencialmente como espaço humano.